

Mulheres no processamento da castanha de caju: reflexões sobre as sociedades agrárias, trabalho e género na província de Cabo Delgado

Sara Stevano

Introdução

O rápido crescimento económico que Moçambique está a atravessar é impulsionado principalmente pelos recursos naturais. Para que estas altas taxas de crescimento tenham efeitos positivos no alívio da pobreza a longo prazo, Moçambique tem que diversificar a sua capacidade produtiva e comercial. Contudo, a agenda da redução da pobreza continua inspirada na retórica de pequena escala, informada por uma visão dualista e enganadora das sociedades agrárias moçambicanas que vê os pequenos agricultores ou agricultores de subsistência em oposição às empresas comerciais (O’Laughlin, 1996). As estratégias para o desenvolvimento rural falham de forma problemática na abordagem da complexidade das sociedades agrárias em Moçambique bem como nas ligações entre os novos actores influentes, tais como os agro-negócios, e a produção agrícola de pequena escala.

Após o colapso em finais dos anos 1990s, o sector do caju está numa trajectória de recuperação, com uma nova geração de fábricas de processamento a surgirem, especialmente no Norte do país. O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais pois pode criar empregos nas áreas rurais e gerar ligações produtivas intersectoriais.

Este artigo olha para o renascimento, mesmo limitado e espalhado, da actividade de processamento de caju no extremo norte da província de Cabo Delgado. O artigo baseia-se em evidência de nível micro, recolhida através de entrevistas qualitativas com trabalhadores da indústria do caju e outros intervenientes na actividade do processamento do caju, que está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho no distrito de Chiure (a Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade (a Norte da província).

A intenção deste trabalho é utilizar este estudo de caso como uma lente através da qual se olha para as questões de trabalho, género e diferenciação rural e se procura

esclarecer a complexidade das sociedades agrárias a qual, por sua vez, se liga com alguns constrangimentos a nível micro com os quais os intervenientes na actividade de processamento se deparam em Cabo Delgado.

A segunda secção define o contexto macroeconómico, focando-se nas estratégias actuais para o desenvolvimento rural e o papel da indústria de processamento do caju em processos de industrialização rural. No entanto, está para além do âmbito deste trabalho envolver-se em debates a nível macro sobre a viabilidade da indústria de processamento do caju em Moçambique no seu todo. A parte principal deste trabalho está desenvolvida na terceira secção, que apresenta algumas características da actividade de processamento nos dois locais estudados, concentrando-se depois em três questões: a produção com restrições sazonais, a divisão do trabalho por género, e o investimento privado e infra-estrutura. Na quarta e última secção apresenta-se a conclusão.

Definindo o contexto macro: estratégia para o desenvolvimento rural?

Com taxas de crescimento do PIB sustentadas nas últimas duas décadas – constantemente bem acima de 6% por ano entre 2003 e 2012 (World Bank National accounts data) – e as recentes descobertas de recursos naturais (especialmente carvão, gás e petróleo), Moçambique está a atrair o interesse de investidores privados de todo o mundo. Que as altas taxas de crescimento e a afluência de investimento não têm sido proporcionalmente traduzidas na redução da pobreza e melhorias noutros indicadores do desenvolvimento humano, tais como desnutrição crónica, acesso a água potável, e educação, encontra-se documentado em dados (INE, 2009) e estudos (Castel Branco, 2010; Hanlon & Cunguara 2010; Cunguara & Hanlon, 2012). No entanto, a clivagem entre o rápido crescimento económico, medido pelo PIB, e a redução da pobreza não é surpreendente se o efeito multiplicador não é dado como certo. Adicionalmente, já se sublinhou que as fontes de crescimento são estreitas: principalmente serviços e mega projectos em recursos naturais, indústria e agricultura, concentrados geograficamente ao redor de Maputo ou nos locais onde os recursos se encontram (Castel-Branco, 2004). Devido a esta base estreita, as dinâmicas de crescimento e investimento limitaram a economia moçambicana a padrões de crescimento instáveis e insustentáveis (Ibid). Seria então interessante avaliar o potencial de Moçambique para traduzir elevadas taxas de crescimento económico numa bem-sucedida diversificação da economia.

De acordo com Krause & Kaufmann (2011), os sectores que têm potencial para crescer são aqueles em torno dos recursos naturais e da produção de mercadorias primárias. Contudo, parece não existir uma estratégia coerente para o desenvolvimento

industrial, que permitiria reter maiores proporções de valor acrescentado e que, fundamentalmente, levaria à criação de emprego. O objectivo de longo prazo de redução da pobreza que o governo definiu parece assentar grandemente na *retórica da pequena escala*, com as suas contradições problemáticas. Apesar de promover a comercialização da produção dos pequenos agricultores (PARP 2011-2014), as ligações fundamentais entre a produção agrícola de pequena escala e os intervenientes da produção de grande escala, incluindo processadores e grandes multinacionais envolvidas no agro negócio, nem sequer são mencionados no último plano de redução da pobreza (Woodhouse, 2012).

Se considerarmos a estratégia para a redução da pobreza em Moçambique como uma aplicação da agenda a favor do pequeno agricultor e a favor do agro-negócio, pode argumentar-se que as ligações entre a pequena agricultura comercial e a estratégia de desenvolvimento mais alargado, que vê os investidores estrangeiros como actores chave, foram seriamente negligenciadas. Isto tem os seus fundamentos conceptuais numa visão duradoura mas enganadora das sociedades agrárias em Moçambique. Desde a independência, a política agrária da Frelimo assentou numa concepção dualista das sociedades agrárias moçambicanas: agricultores de subsistência (Wuyts, 2001) – que depois se tornaram pequenos agricultores – em oposição aos empreendimentos comerciais (O’Laughlin, 1996). A falha em reconhecer a heterogeneidade das sociedades agrárias, que inclui a compreensão dos processos não lineares de diversificação da subsistência rural e de estratificação de classe, bem como o funcionamento das interações da actividade agrícola e do trabalho não agrícola assalariado, impulsionados por um processo duradouro de mercantilização da economia agrária (Ibid.), moldou o discurso e a prática do desenvolvimento em Moçambique até hoje. Particularmente, a crença errada que a vasta maioria das populações rurais moçambicanas são constituídas por agricultores de subsistência deu lugar a caminhos *lineares* para a redução da pobreza, ao longo dos quais os agricultores de subsistência ou pequenos proprietários precisam de ser transformados em agricultores mais produtivos e semi-comerciais.

Em suma, a estratégia nacional para o desenvolvimento agrícola parece estar errada em dois aspectos principais: baseia-se numa visão simplista e enganadora das sociedades agrárias em Moçambique e, conseqüentemente, falha na abordagem das ligações entre a produção agrícola de pequena escala e o agro-negócio. Compreender a diferenciação, relações de trabalho e as relações entre trabalho e capital é a base sobre a qual se devia desenhar ou planear a política industrial, com a adequada atenção prestada ao potencial para a industrialização rural. A este respeito, tipos particulares de agro-indústria podem ser bem sucedidos na criação de emprego e na diversificação da base produtiva e comercial nas zonas rurais, através de ligações produtivas a montante e a jusante (Castel-Branco, 2002).

A recuperação parcial do sector do caju

Depois de ter gozado de fama inglória devido ao colapso na produção e processamento, o sector do caju em Moçambique volta a ganhar força. As vezes mais convincentes no debate sobre as determinantes da falência do sector da castanha de caju (especialmente a sua indústria de processamento) apontaram o efeito prejudicial das políticas de liberalização e privatização – especificamente a redução apressada da taxa de exportação – forçada pelo Banco Mundial, mas vai para além do âmbito deste estudo empenhar-se e envolver-se neste debate (Cramer, 1999; Pereira Leite, 1999; Hanlon, 2000; McMilan, Rodrik & Welch, 2002; Aksoy & Yagci, 2012). No entanto o sector parece estar a caminho de uma recuperação parcial. A produção mais do que duplicou entre 2001 e 2008 – de 16.000 a 49.000 toneladas – e uma nova geração de fábricas de processamento está a consolidar-se no Norte do país, com cerca de 25 fábricas de processamento a funcionar a nível nacional (ACI, 2010).

No seu estudo encomendado pelo Banco Mundial, Aksoy & Agci (2012) afirmam que a limpeza completa de processadores de capital intensivo era necessária para o surgimento de uma nova geração de fábricas: de trabalho intensivo e mais eficiente. Esta parece ser uma descrição parcial: se as novas fábricas são mais eficientes que as anteriores ainda está por se demonstrar. O que é mais claro é que o renascer gradual do sector foi possível devido à interacção e colaboração de diferentes actores: o governo, doadores, sector privado e bancos (Boys, 2012), em que a importância do apoio dos doadores e a melhoria do acesso ao crédito¹ foram sublinhados por muitos (Simoneti et al., 2007; Paul, 2008; ACI, 2010). Adicionalmente, os processadores locais estão protegidos por uma taxa de exportação – mantida a 18% desde 1999 (Aksoy & Yagci, 2012). O rendimento da taxa é gerido pela organização semi-governamental Incaju, cuja função é promover a produção e comercialização do caju através do fornecimento de serviços de extensão a nível distrital (ACI, 2010).

As novas fábricas localizam-se perto das áreas de produção de caju – de facto, a maioria dos novos processadores encontram-se na província de Nampula, que produz 40% do caju nacional. Estes processadores de pequena escala necessitam de ser integrados em redes de fornecedores-compradores que funcionem bem. Em termos de fornecimentos, a proximidade geográfica com os produtores assegura custos de transporte mais baixos e, possivelmente, esferas geográficas de interesse para o fornecimento de matéria-prima. No que respeita a compradores, tanto localmente – apesar do mercado limitado – como internacionalmente, os

1 A ONG mais importante envolvida no renascimento da actividade de processamento de castanha de caju é a ONG americana Technoserve, que oferece apoio técnico e financeiro aos empreendedores privados desde 1998. A Technoserve pode oferecer apoio financeiro graças à sua parceria com o GAPI, uma instituição financeira não bancária especializada na concessão de crédito ao sector agrícola. No entanto, sendo a GAPI muito pequena para mobilizar os fundos necessários para financiar o capital de giro, essa questão foi superada através da participação da USAID em parceria com uma instituição bancária moçambicana.

processadores de pequena escala precisam de conseguir colocar com sucesso os seus produtos no mercado: manter baixos os custos de produção e transporte para serem competitivos e trabalhar a marca dos seus produtos adequadamente. Por exemplo, a maioria das fábricas em Nampula está organizada na associação *Agro Industriais Associados (AIA)*, através da qual exportam conjuntamente os seus produtos para um comprador na Europa.²

O renascer da actividade de processamento de caju é interessante no contexto da industrialização e desenvolvimento rurais. Em primeiro lugar, pode criar emprego nas áreas rurais tanto para mulheres como para homens. Em segundo lugar, pode funcionar como incentivo para aumentar a produção de castanha de caju. Em terceiro lugar, beneficia de um desenvolvimento mais alargado de áreas particulares, podendo ao mesmo tempo contribuir para tal desenvolvimento, como, por exemplo, através da infra-estrutura para manter baixos os custos de transporte e produção. No entanto, o sucesso da actividade de processamento para funcionar e oferecer benefícios precisa de ser examinada a nível micro. Que tipo de emprego geram as fábricas de processamento e para quem? Quais são que os trabalhadores e outros intervenientes enfrentam? De que forma a actividade de processamento do caju interage com os processos da diversificação da subsistência e da diferenciação rural? Estas são algumas das perguntas que tentamos abordar ao examinar alguns aspectos da renascida actividade de processamento na província mais a Norte de Cabo Delgado. Considerando que as mulheres constituem a maioria da força de trabalho no processamento do caju, as questões acima mencionadas serão analisadas através de uma perspectiva de género.

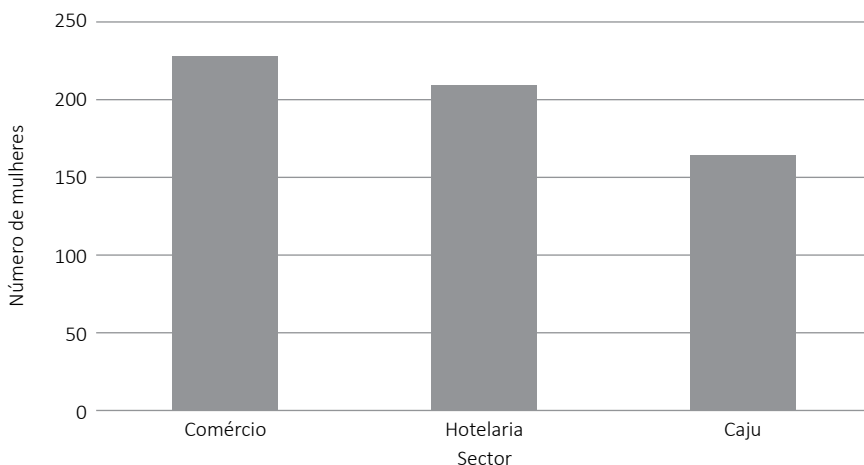
Processamento de caju em Cabo Delgado: A Fábrica Korosho e as Associações de Mulheres

Podem levantar-se três razões principais para olhar para a actividade de processamento de caju em Cabo Delgado. Primeiramente, a produção, comercialização e processamento de caju estão a ser promovidos na província (principalmente pelo Incaju, em parceria com actores privados, doadores e bancos) e envolve um número crescente de intervenientes a nível local, tais como produtores de diferentes escalas, comerciantes e processadores. O Incaju (relatórios provinciais 2011 e 2012) afirma que a actividade informal de processamento está a crescer, possivelmente indicando que o mercado local para o processamento de caju está a expandir-se marginalmente, se bem que essa expansão seja ainda muito limitada. Em segundo lugar, as novas fábricas de processamento estão, na sua maioria, concentradas na província de Nampula e,

2 O único comprador é o intermediário holandês Global Trading & Agency BV (ACI, 2010).

dada a capacidade de produção e a proximidade do corredor de Nacala,³ pode haver oportunidade para desenvolvimentos significativos na actividade de processamento na província de Cabo Delgado. Em terceiro lugar, a indústria de processamento de caju parece constituir uma das muito poucas oportunidades de emprego (rurais), emprego assalariado ou não, disponível para mulheres (ver Gráfico 1) – especialmente aquelas com baixo nível de educação.

Gráfico 1: Mulheres empregadas por sector



Fonte: Feito pela autora utilizando dados fornecidos pelo governo da província de Cabo Delgado, Balanço PES 2011

A nível nacional, a maior parte do caju é actualmente produzido e processado na província de Nampula (aproximadamente 40% da produção nacional do caju bruto), seguida por Inhambane (21%) e Cabo Delgado (12%). É importante referir que os únicos dados existentes sobre o volume da produção, exportação e processamento do caju são recolhidos pelo Incaju que reconhece existirem algumas questões de fiabilidade: a persistência do comércio informal tende a produzir subestimação das quantidades de caju comercializadas e exportadas, há falhas nos procedimentos de monitoria e inspecção, e o caju retido para consumo próprio continua excluído das estatísticas (ACI, 2010; Incaju, 2011).

De acordo com o Incaju, do caju que foi comercializado no ano passado em Cabo Delgado, 3.119 toneladas - a maior parte - foram exportados para a Tanzânia, seguido por 2.317 toneladas exportadas através do porto de Nacala, 1.123 toneladas foram compradas pela fábrica Korosho, 1.038 toneladas foram vendidas para as fábricas em

³ O corredor de Nacala liga o Malawi ao porto de Nacala, na província de Nampula, que é o principal canal de exportação no Norte de Moçambique. O corredor de Nacala é um dos três “corredores de desenvolvimento” - canais de comércio - que atravessam Moçambique.

Nampula, e 140,28 toneladas foram processadas informalmente na província (ver a Tabela 1).

Tabela 1: Toneladas de caju comercializadas na Província de Cabo Delgado

7.736 toneladas	Castanha de caju comercializada na província de Cabo Delgado 2011-12
3.119	Exportadas para a Tanzânia
2.317	Exportadas através do porto de Nacala
1.123	Compradas pela Fábrica de Korosho
1.038	Compradas pelas fábricas na Província de Nampula
140	Processadas informalmente em Cabo Delgado

Fonte: *Incaju (2012)*

Em Cabo Delgado, a actividade de processamento está actualmente concentrada em dois locais: a fábrica Korosho⁴ no distrito de Chiúre (na parte Sul da província) e três associações de mulheres no distrito de Nangade, onde a maioria do caju é produzido.

As novas fábricas nascidas na década de 2000, diferentemente das anteriores, são de trabalho intensivo: há uma dependência substancial nas técnicas manuais, enquanto o uso de máquinas é reduzido ao mínimo (Kanji et al., 2004; ACI, 2010; Krause & Kaufman 2011). Muitas das fábricas de processamento estão localizados no chamado triângulo do caju (Paul, 2008), na província de Nampula - o triângulo estende-se entre Monapo, Murrupula e Moma - devido à proximidade com as áreas de produção e expedição, para minimizar os elevados custos de transporte. A infra-estrutura pobre tem sido identificada como um dos entraves internos mais críticos que precisam de ser superados para que o sector do caju possa florescer (Cramer, 1999). À semelhança dos processadores de Nampula, a fábrica Korosho foi inaugurada em 2006 e, apesar de estar localizada fora do triângulo de caju, está relativamente perto do corredor de Nacala. Sendo a única fábrica de processamento em funcionamento em Cabo Delgado, é um dos mais importantes compradores da castanha de caju produzida na província. Curiosamente, a fábrica Korosho é propriedade de uma multinacional indiana ETG World⁵ que opera em 28 países (muitos dos quais países africanos) que se dedicam à produção, comercialização e processamento de vários produtos agrícolas incluindo o caju, que é processado na Tanzânia e em Moçambique. Em seguida, o produto é exportado para os EUA, Índia e Europa para um segundo processamento. Uma série de estudos (Harilal et al., 2006; ACI, 2010) mostrou que a maior parte do valor criado reverte para a segunda fase de processamento e comercialização - estima-

4 'Korosho' significa 'castanha de caju' em Kiswahili, Shimaconde e Macua

5 De acordo com as informações contidas em seu website (<http://www.etgworld.com/>), ETG comercializou 63.645.5 toneladas de castanha de caju em 2011. As fábricas de processamento na Tanzânia e Moçambique exportam os seus produtos sob uma única marca, Korosho.

se que apenas 18% do valor acrescentado é retido por Moçambique (ACI, 2010). A fábrica emprega actualmente entre 300 e 350 trabalhadores, aproximadamente um terço homens e dois terços mulheres.

No distrito de Nangade, existem actualmente três associações. Dois grupos, Umulikungu e Luísa Diogo, estão baseados em Litingina (aldeia muito perto da fronteira com a Tanzânia) e o terceiro, Unidade, está em 'Ntamba de Makonde. No geral, entre 50 e 60 mulheres são membros destas associações. Umulikungu foi a primeira a ser criada em 2001 como resultado de uma mulher que se mudou da Tanzânia para Litingina e ensinou as outras mulheres a processar a castanha de caju - nos distritos Norte de Cabo Delgado verificou-se o regresso parcial de migrantes após o fim da guerra civil em 1992 e, ainda mais, com a implantação do regime de pensões para aqueles que participaram na guerra pela independência. Diferentemente das outras duas associações, a Umulikungu recebeu apoio da Sociedade Comercial Messalo, Lda., empenhada em garantir um mercado para a castanha de caju processada, incluindo exportação do produto através do comércio (Sociedade Comercial Messalo Lda, 2003). O projecto original incluía três objectivos: a legalização da associação, a construção de uma pequena unidade de processamento manual (localmente referida como fabriqueta, literalmente “pequena fábrica”) e formação contínua. O projecto foi apenas parcialmente implementado: o produto acabou por ser comercializado apenas localmente e a associação nunca foi totalmente legalizada. No entanto, o apoio recebido por este grupo é visível nos rendimentos auferidos pelas mulheres em comparação com os rendimentos das mulheres nas outras duas associações - isto será discutido com profundidade mais adiante nesta secção. Todas as três associações estão actualmente a vender os seus produtos nos mercados locais, principalmente na cidade de Pemba.

Como se organiza e se divide o trabalho?

A fábrica e as associações utilizam procedimentos similares para processar o caju. Técnicas de trabalho intensivo prevalecem em ambos os casos: as associações não têm máquinas, limitando-se estas aos fornos. Na fábrica Korosho formam recentemente introduzidos quebra-nozes, embora a maioria da quebra da castanha continue a ser feita manualmente. Contudo, o trabalho está organizado de forma diferente. Nas associações, uma pessoa segue toda a actividade de processamento do início ao fim; de facto, muitas vezes as mulheres trabalham nas suas próprias casas. Na fábrica, a actividade de processamento é organizada em três fases distintas: na primeira, os homens e as mulheres, juntos, quebram as nozes e retiram o miolo; a segunda, é para descascar, e a última é para a classificação. Estas duas últimas fases de trabalho são inteiramente desempenhadas apenas por mulheres. Em ambos os casos, porém, parece haver um controlo masculino durante o processo de produção. Na fábrica, todos os

supervisores da superfície, salvo um, são homens. A primeira secção, onde homens e mulheres trabalham juntos, parece ser a única onde é possível receber um salário ligeiramente superior. Nas associações, as mulheres indicaram que dependem dos maridos para o aprovisionamento do produto (ou seja, a matéria-prima para processar).

Quem é o dono dos meios de produção?

Sem dúvida, todos os trabalhadores da fábrica são trabalhadores assalariados. Contudo, é interessante notar que as mulheres nas associações, que se esperava poderem trabalhar por conta própria, só parcialmente controlam os meios de produção: o fornecimento dos meios de produção é assegurado quer pela Sociedade Comercial Messalo, Lda., ou pelos membros masculinos das famílias das mulheres, indicando, assim, que as mulheres não são as *donas* da actividade de processamento. Parece que lhes falta dinheiro tanto *antes* como *depois* da actividade de processamento: o capital necessário para a compra de caju bruto e os rendimentos monetários obtidos através das vendas do caju processado parecem não ser suficientes.

Quanto trabalho para quanto dinheiro?

Nas associações as horas de trabalho são flexíveis e, adicionalmente, a actividade de processamento não segue um padrão regular devido à falta de matéria-prima. Quando o caju bruto está disponível, as mulheres entrevistadas disseram que uma pessoa pode processar até 6 kg de caju bruto por dia. As associações compram castanha de caju a 30 MT/kg e vendem a 200 MT/kg, mas é muito difícil calcular em dinheiro os rendimentos mensais auferidos porque as quantidades processadas variam grandemente dependendo da capacidade financeira para comprar o caju bruto. Na fábrica, os trabalhadores iniciam o trabalho às 6 da manhã e normalmente terminam ao início da tarde, mas não existe um número específico de horas de trabalho diário porque os trabalhadores são pagos de acordo com a quantidade produzida. Com base na informação fornecida pelos trabalhadores, os salários mensais podem variar entre 500 Mt e 2.000 MT (equivalente a 16-65 USD e menos de metade do actual salário mínimo) – ver Tabela 2 para informação mais detalhada.

Tabela 2: Estimativa dos salários dos trabalhadores na fábrica Korosho

Quebra	8.85 Mt/kg	10-12 kg por dia por pessoa	De 500 a 2.000 MT por mês	Homens e mulheres
Descasque	9.50 Mt/kg	3 kg por dia por pessoa	De 500 a 1.000 MT por mês	Só mulheres
Classificação	1.35 Mt/kg	65-70 kg por dia por pessoa	1.500 MT por mês em média	Só mulheres

Fonte: Autora com base em informações fornecidas pelos trabalhadores

Agora a discussão vai evoluir em torno de quatro temas: a produção com restrições de sazonalidade, divisão do trabalho por género e funções, diferenciação e utilização de rendas em dinheiro e investimentos e infra-estrutura, que serão discutidos em separado.

Sazonalidade e absentismo sazonal

Sazonalidade e absentismo sazonal são duas questões interessantes que surgiram durante a investigação de campo. São de diferente natureza mas acabam por limitar a produção a padrões sazonais.

Sazonalidade e acesso ao crédito: problema de oferta ou de procura?

No caso das associações, uma das principais dificuldades que as mulheres enfrentam é a falta de capacidade financeira para comprar grandes quantidades de matéria prima que lhes permita assegurar continuidade na actividade de processamento durante todo o ano. Isto significa que, sem apoio externo, elas normalmente só são capazes de adquirir quantidade de matéria prima suficiente para processar o caju durante alguns meses do ano, a maior parte na época da colheita. A obtenção de empréstimos constituíram uma tentativa para ultrapassar este problema. Todas as associações receberam um único empréstimo do governo local mas tiveram dificuldades em o reembolsar. Esta experiência sugere que o problema do acesso ao crédito, conhecido como um dos entraves à produção (Cramer, 1999; Simonetti et al., 2007; Krause & Kaufman, 2011), é exacerbado pela falta de capacidade organizacional, pela falta de redes comerciais consolidadas e por fracas infra-estruturas. Simonetti *et al.* (2007: 143) apontam correctamente que o fraco acesso ao crédito “não somente, nem talvez principalmente, diz respeito ao lado da oferta, mas também ao lado da procura: designadamente o que é preciso fazer para tornar produtiva a produção rural de pequena e média dimensão e, conseqüentemente, ‘bancável’”.

O fenómeno do *associativismo* tem uma longa história em Moçambique que data do tempo da produção colectiva da Frelimo nas áreas rurais. A continuidade do ‘modelo da associação’ até aos dias de hoje está possivelmente associada às expectativas (muitas vezes não cumpridas) de receber apoio financeiro do governo ou das ONGs, pelo menos na província do Cabo Delgado. No entanto, a capacidade efectiva das associações prestarem apoio social ou criar capacidade de produção já foi questionada (O’Laughlin, 2009). Para que o modelo da associação constitua uma forma realista de desenvolver capacidade produtiva e não apenas um canal parcialmente bem-sucedido para a acumulação individual, é necessário ultrapassar vários obstáculos. Por exemplo, a procura doméstica limitada de castanhas processadas lança algumas dúvidas sobre a sustentabilidade do modelo da associação, a menos que sejam estabelecidas ligações comerciais de sucesso com compradores externos, ainda que passe a haver estratégias

de marketing adequadas e actividade de processamento regular. A este respeito há uma lição a aprender da parceria entre a ONG americana Technoserve (rotagonista chave na prestação de apoio técnico aos processadores em Nampula) e a GAPI (a instituição financeira não bancária), que utilizou uma forma específica de *empréstimo* na *cadeia de valor* hoje considerado um dos determinantes do ressurgimento da indústria de processamento do caju de Nampula. Esta forma de empréstimo caracteriza-se pela *'integração do fornecimento de crédito com a melhoria activa da capacidade de pagamento do devedor'* (por exemplo, prestação de serviços empresariais) e visa o desenvolvimento de redes de produtores e comerciantes ao longo de uma cadeia de valor (Simonetti et al. 2007: 144).

Absentismo sazonal: escolha no meio da abundância ou restringida pela escassez?

No caso da fábrica, regista-se uma situação de altos níveis de absentismo, especialmente durante a época chuvosa. Isto ficou imediatamente patente nas entrevistas tanto com trabalhadores como com gerentes. Paul (2008) apresenta problemas semelhantes relacionados com o absentismo elevado no seu estudo para a Techonserve sobre as fábricas em Nampula.

De acordo com o gerente da fábrica, entre Dezembro e Fevereiro (época chuvosa), o número de trabalhadores reduz-se de 300 para 100/150. Isto acontece porque durante a época chuvosa é necessário mais trabalho nas *machambas* (lotes de terra), pelo que os trabalhadores da fábrica vão trabalhar com menos regularidade ou abandonam o seu trabalho durante várias semanas de forma a desenvolverem trabalho agrícola nas suas *machambas*. O gerente da filial de Korosho explicou este fenómeno em termos culturais:

'Aqui as pessoas têm uma cultura de trabalho diferente' (Gerente da filial de Korosho, comunicação pessoal, Julho de 2012)

Os muito poucos trabalhos que fazem referência ao problema do absentismo (Krause & Kaufman, 2011) fundamentalmente falham por não o associar aos padrões sazonais de trabalho agrícola e o único trabalho que faz esta associação. Paul (2008) explica a questão do absentismo em termos de reacção socio-cultural à transição da sociedade agrária para a industrial, 'do campo para a fábrica':

'Aqui as escolhas de trabalho são vistas como ocasionais, transitórias e um complemento, não um substituto, do trabalho agrícola.'
(Paul, 2008: 15)

Estas afirmações são fundamentalmente problemáticas e enganadoras ao explicarem o trabalho como uma escolha, em vez de o compreenderem como resultado da

diversificação dos meios de subsistência – a necessidade dos agregados familiares se envolverem em actividades múltiplas para se reproduzirem. Existem dois factos importantes que fundamentam este argumento.

Apesar de a importância dos mercados de trabalho em contextos rurais ter sido muitas vezes negligenciada, foi minuciosamente documentado que o emprego assalariado rural desempenha um papel fundamental na subsistência das pessoas das zonas rurais, tanto mulheres como homens (Cramer et al., 2008). Todos os trabalhadores entrevistados disseram que costumavam fazer *kibarua* (emprego assalariado baseado em tarefas, conhecido em Português como *ganho-ganho*) antes de trabalharem na fábrica, indicando assim que o estatuto de trabalhador assalariado não é para eles necessariamente uma novidade nem o é, muito provavelmente, para muitas pessoas que vivem no Moçambique rural. De facto, alguns deles argumentaram: '*Este é o nosso actual kibarua*', referindo-se ao seu trabalho na fábrica.

Adicionalmente, pesquisa de campo em diferentes áreas da província de Cabo Delgado revelou que uma das formas mais comuns de usar o rendimento monetário ou o salário, quando atingem um nível económico suficiente para isso, é a contratação de trabalhadores agrícolas sazonais. Todos os trabalhadores da fábrica entrevistados, bem como as mulheres nas associações (especialmente aquelas da Umulikungu), indicaram que utilizam parte dos seus rendimentos monetários para contratar trabalhadores agrícolas, durante todo o ano nalguns casos, e na época chuvosa em todos os outros. Esta situação sugere, fortemente, que o absentismo sazonal é mais uma consequência dos salários baixos (que não são suficientes para contratar trabalhadores agrícolas numa base regular ou em número suficiente), do que de uma verdadeira escolha que o indivíduo faz em ser agricultor em vez de trabalhador assalariado em determinadas épocas do ano.

Pode-se, seguramente, argumentar que a agricultura é considerada como tendo um valor muito elevado (tanto comercialmente como para o consumo de alimentos), percepção esta que coincide com a realidade, não sendo, porém, a razão pela qual muitos indivíduos optam por ser agricultores. Isto levanta uma questão mais geral sobre quem são as populações rurais. Há uma discrepância entre a linguagem comumente utilizada quando alguém diz 'Eu sou agricultor' e as actividades económicas efectivamente desempenhadas para ganhar a vida. Existe uma forte necessidade de se ser claro sobre a importância que a economia de dinheiro desempenha na vida das pessoas rurais: nesta altura, o processo de mercantilização está tão profundamente enraizado que atinge os bens mais básicos, como a água. As populações rurais têm que se envolver num conjunto diversificado de actividades económicas porque nenhuma delas, só por si, lhes oferece a cobertura total das suas necessidades monetárias. Neste contexto, o estabelecimento das fábricas de caju parece aprofundar e moldar processos de formação de classes, mas não os cria de raiz.

Divisão de trabalho por género e funções

Tendo sublinhado a importância dos mercados de trabalho rurais e da diversificação das actividades económicas, é de equivalente importância não negligenciar as tensões na alocação do trabalho entre trabalho remunerado e não remunerado, especialmente no caso da participação feminina no trabalho remunerado.

De acordo com Bryceson (1980), a participação das mulheres na força de trabalho ou o seu envolvimento em actividades remuneradas monetariamente ocorre pela fuga às relações capitalistas de reprodução humana. No caso da actividade de processamento do caju, tanto na fábrica como na associação, as mulheres envolvem-se com trabalho assalariado na forma de ‘subsunção real ao controle masculino familiar’, como lhe chamou Bryceson (Ibid.), significando que as mulheres obtêm permissão dos seus maridos ou de outros membros masculinos da família para trabalhar fora da sua casa, ou, eu acrescentaria, é dito às mulheres, ou são incentivadas pelos seus parceiros masculinos, para trabalharem fora do lar e assim contribuírem para as necessidades económicas da família. Por outras palavras, a alocação de mão de obra, entre trabalho produtivo e reprodutivo, muda devido à compulsão económica, havendo, porém, muitas vezes uma falta de simetria entre os ganhos económicos das mulheres na esfera produtiva e as suas perdas em responsabilidades reprodutivas ou, pela mesma razão, na capacidade de ganhar dinheiro e na capacidade de o controlar. Por exemplo, a maior parte das mulheres no Umulikingo reclamam que entregam os seus rendimentos em dinheiro aos maridos por forma a continuarem a ganhar o seu consentimento para trabalhar na associação. Nas associações, é evidente que, apesar de as mulheres serem os únicos membros e únicas trabalhadoras, existe um controlo masculino esmagador sobre o processo de produção.

Em Cabo Delgado e noutros locais, as oportunidades de emprego para as mulheres devem ser calorosamente recebidas e, juntamente com mais empregos, as políticas para resolver a carga acrescida das responsabilidades e funções múltiplas das mulheres. Por exemplo, a fábrica Korosho tem uma creche dirigida por uma trabalhadora paga pela fábrica onde as mulheres podem deixar as suas crianças durante as horas de trabalho. No entanto, a fábrica não oferece licença de maternidade paga: as mulheres grávidas podem deixar os seus empregos antes e depois de darem à luz durante meses, podendo mais tarde voltar ao trabalho. A falta de segurança do emprego é, porém notável: os laços contratuais são tão ténues que os trabalhadores sob contrato e os que não o têm recebem igual tratamento, lamentaram-se alguns trabalhadores. Com efeito, a rotatividade é tão alta que alguns trabalhadores são admitidos na fábrica numa base diária para substituir aqueles que estão ausentes. Por outras palavras, a flexibilidade nos padrões de trabalho – assegurada por contratos muito fracos ou não existentes – pode ser vista como funcional para as responsabilidades múltiplas de mulheres e homens.

Porém, ao mesmo tempo, é funcional para a incapacidade, ou falta de vontade, do empregador em oferecer salários adequados e segurança no emprego, e exacerbada pela carência de políticas sociais que protejam os direitos dos trabalhadores.

Em suma, as associações do caju e a fábrica Korosho em Cabo Delgado ilustram duas questões. Em primeiro lugar, a participação de mulheres no trabalho remunerado pode não se traduzir na sua capacidade de controlar os seus rendimentos e, em segundo lugar, as mulheres – e em menor grau os homens – têm responsabilidades múltiplas que estruturam o seu compromisso com o trabalho remunerado. Por conseguinte, um entendimento claro das contradições e tensões, incorporadas na contrária imagem cor-de-rosa das mulheres a entrarem no trabalho remunerado, deve definir as bases das oportunidades de emprego apoiadas por níveis dignos de protecção dos trabalhadores.

Investimentos e infra-estrutura

Com base no conjunto de dados CPI⁶ e na pesquisa de campo realizada em Junho de 2012, existem dois sectores principais onde o investimento privado parece estar concentrado na província de Cabo Delgado: agricultura/agro-indústria e turismo. Em comparação com outros sectores tais como a aquacultura e a pesca, indústria e *outros* (como classificado pelo CPI), o número e entidade dos projectos na área da agricultura e turismo destacam-se notavelmente, com 27 empreendimentos em funcionamento na primeira área e 21 na última. Se bem que a indústria da madeira seja, de longe, a predominante na agricultura e no sector agro-industrial, existem outros tipos de investimento privado a fluir para o sector, especialmente nos distritos do sul. A maioria dos projectos em funcionamento está concentrada na cidade de Pemba, seguida por Montepuez (segunda maior cidade em Cabo Delgado) e depois Chiure, sugerindo que os empreendimentos privados operam principalmente no sul da província.

Os distritos do sul de Cabo Delgado gozam de melhor infra-estrutura (especialmente estradas), relativamente aos distritos do Norte, além de que estão mais próximos e possuem melhores ligações à província de Nampula e ao corredor de Nacala. O corredor de Nacala é um dos três ‘corredores de desenvolvimento’ (canais de comércio) que atravessam Moçambique ligando o Malawi, o Zimbabwe e a África do Sul a três portos de Moçambique (Krause & Kaufman, 2011). Desnecessário será referir que a proximidade ou boa ligação aos maiores canais de comércio é crucial para uma indústria orientada para a exportação.

⁶ CPI - Centro de Promoção de Investimento, que é a única instituição que tem conjuntos de dados oficiais sobre os compromissos de investimento privado por província. É importante ressaltar que os dados do CPI estão incompletos e ultrapassados - na verdade, a pesquisa de campo realizada sobre o investimento privado teve como objetivo, em parte, verificar a confiabilidade dos dados disponíveis.

Chiure tem uma agricultura desenvolvida em comparação com outros distritos de Cabo Delgado. É atravessado pela estrada que liga Pemba a Nampula e, em Chiure Sede, existem dois postos de gasolina e um banco. Um dos mais antigos empreendimentos agro-industriais de Cabo Delgado está baseado em Chiure: a *Chiure Comercial e Agrícola* é uma empresa portuguesa com gestão familiar especializada na produção, comercialização e processamento de produtos agrícolas (principalmente milho, verduras e feijão) desde 1948. Outros investimentos no sector agro-industrial têm vindo a ocorrer no distrito mais recentemente e incluem plantações de banana e de cana-de-açúcar para exportação. Parece que a proximidade com o corredor de Nacala e a presença de infra-estrutura relativamente aceitável desempenham um papel chave na atracção do investimento em Chiure e, de forma mais genérica, nos distritos da região Sul de Cabo Delgado. Isto sugere que as estratégias para o desenvolvimento rural deverão abordar adequadamente as ligações entre os sectores agrícola e industrial bem como os canais através dos quais a população rural pode beneficiar com os desenvolvimentos agro-industriais.

No distrito de Nagade o cenário é completamente diferente. Nagade é um dos distritos mais *remotos* da província, especialmente devido à sua distância dos centros urbanos mais significativos (Pemba, Nampula) e às más condições das estradas. Para além das muito poucas redes dinâmicas de comércio ‘informal’ – devido à proximidade com a Tanzânia -, não existem projectos significativos. Sendo Nagade a principal área produtora de caju na província, o Incaju apoiou a construção de uma fábrica de processamento de pequena escala no distrito, que foi inaugurada em Abril de 2013. Contudo, a falta de infra-estrutura e a distância de um local de embarque (Nacala) aparecem como entraves para a actividade de processamento para exportação. Ao mesmo tempo, o modelo associativo não está isento de problemas, como foi discutido: escassa capacidade de organização, fracas redes comerciais, dificuldades financeiras para ultrapassar a sazonalidade, procura doméstica limitada para a castanha processada e, dependência de apoio externo, o que implica que se as associações não tiverem êxito em se tornarem autónomas, não serão um modo de produção adequado durante muito tempo.

Estas observações parecem sugerir que existe potencial para a expansão da actividade de processamento de caju na província de Cabo Delgado, mas isto irá depender fundamentalmente da continuação da colaboração entre os diferentes actores (governo, nacional e local, Incaju, investidores privados doadores e bancos) para fazer face às limitações (como a sazonalidade e o acesso ao crédito) e por conseguinte assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Adicionalmente, a colaboração destes intervenientes deveria incentivar a formação de círculos virtuosos de investimento e infra-estrutura que se deveriam impulsionar mutuamente.

Conclusões

Observando com algum detalhe a actividade de processamento do caju na província de Cabo Delgado mostra alguns aspectos da complexidade das sociedades agrárias. Uma conclusão abrangente é a de que os agregados familiares rurais lutam para garantirem para si fontes múltiplas de rendimento para a reprodução, quando possível. Assim, as oportunidades de emprego (assalariado) criadas pelo sector de processamento de caju, como parecem não garantir salários ou rendimentos *suficientemente elevados*, fluem nas redes complexas de trabalho. Isto manifesta-se, por exemplo, no fenómeno do absentismo sazonal na fábrica Korosho e nos padrões de produção esporádica das associações.

Este estudo de caso mostra duas maneiras de olhar para a complexidade das dinâmicas de trabalho. Primeiramente, o auto emprego e o emprego assalariado, as economias formal e informal impulsionam-se uma à outra, levantando, pois, algumas preocupações sobre a utilização simplista e dicotómica dessas categorias. Em segundo lugar, os processos de diversificação dos modos de vida e de diferenciação rural interagem a diferentes níveis, criando, assim, trajectórias não lineares de desenvolvimento. Esta imagem está em claro conflito com o retrato das sociedades agrárias em Moçambique, constituídas por pequenos agricultores. Tomar conhecimento e compreender a interacção de formas múltiplas de trabalho dentro e fora da actividade agrícola é fundamental para desenhar estratégias seguras para o desenvolvimento rural.

Acresce que a maioria dos trabalhadores do caju é constituída por mulheres, cujo tempo tende a estar sujeito a mais exigências e responsabilidades, relativamente aos homens. Com efeito, as mulheres mantêm as suas responsabilidades e deveres na esfera reprodutiva mesmo quando participam no trabalho assalariado, o que as obriga a serem mais flexíveis e a movimentarem-se entre o trabalho remunerado e o não remunerado, conforme necessário. Isto reflecte-se claramente na natureza discriminatória do género nos mercados de trabalho: salários mais baixos e condições mais precárias oferecidas às mulheres.

Estas reflexões não pretendem de modo nenhum sugerir que estas oportunidades de emprego não são necessárias ou desejáveis: pelo contrário, elas são necessárias e muito bem vindas. Contudo, podem tomar-se algumas medidas para minimizar os efeitos negativos na produção – por exemplo, através da concessão de crédito conjuntamente com serviços para aumentar a capacidade de pagamento e superação das restrições sazonais dos mutuários – e para que homens e mulheres possam fazer face às suas múltiplas responsabilidades. Uma forma de alcançar este objectivo seria através da definição de políticas sociais de protecção aos direitos da mulher.

Parece haver potencial para a expansão da indústria de processamento do caju na província do Cabo Delgado, devido à proximidade do corredor de Nacala e à

promoção por parte do Incaju da produção da castanha de caju. Porém, a contínua e bem-sucedida colaboração dos principais intervenientes – governos nacional e local, Incaju, investidores privados, doadores e bancos – é necessária para assegurar a sustentabilidade da actividade a longo prazo. Neste sentido, a limitada procura doméstica da castanha processada e a excessiva dependência de apoios externos levanta algumas dúvidas sobre a viabilidade do *modelo* associativo, relativamente à indústria com orientação para a exportação. Acresce que o desenvolvimento de espirais virtuosas de investimento e infra-estrutura iria beneficiar a prosperidade do sector em diferentes áreas da província.

Em suma, para que o ressurgimento do sector de processamento de caju desempenhe o papel que lhe cabe nos processos de desenvolvimento e industrialização rurais, é necessário considerá-lo como parte de uma estrutura assente em visões rigorosas das sociedades rurais e com o objectivo de abordar as principais ligações entre a produção agrícola em pequena escala, emprego fora da agricultura e os novos intervenientes chave no sector agro-industrial.

Referências

- ACI (African Cashew Initiative) (2010). Analysis of the Cashew value Chain in Mozambique. GTZ, February 2010
- Amanor, K. S. (2009). Global food Chains, African smallholders and World Bank Governance. *Journal of Agrarian Change*, (9): 247-262.
- Askoy, M. A. & Yagci, F. (2012). Mozambique Cashew Reforms Revisited', Policy Research Working Paper 5939, World Bank: Washington DC.
- Boys, J. (2012). Jobs, votes and legitimacy: The political economy of the Mozambican cashew processing industry's revival. Unpublished MSc dissertation, SOAS, University of London
- Bryceson, D. (1980). 'The proletarianization of Women in Tanzania, *Review of African Political Economy*', 17, 4-27.
- Castel-Branco, C. N. (2002). An investigation into the political economy of industrial policy: The case of Mozambique. Unpublished PhD thesis, SOAS, University of London.
- Castel-Branco, C. N. (2004). Business and productive capacity development in economic growth and industrialization. Denmark new country programme for Mozambique 2005-2009, April 2004
- Castel-Branco, C. N. (2010). Pobreza, Riqueza e Dependência em Moçambique, *Cadernos IESE*, No. 3, Maputo: Mozambique.
- Cramer, C. (1999). Can Africa Industrialize by Processing Primary Commodities? The Case of Mozambican Cashew Nuts. *World Development* 22 (7), pp.1247-66
- Cramer, C., Oya, C. & Sender, J. (2008). Lifting the blinkers: A new view of power, diversity and poverty in Mozambican labour markets. *Journal of Modern African Studies*, 46 (3)
- Cunguara, B. & Hanlon, J. (2012). Whose wealth is it away? Mozambique's outstanding economic growth with worsening rural poverty. *Development and Change*, 43 (3): 623-647

- Hanlon, J. & Cunguara, B. (2010). Poverty is not being reduced in Mozambique. LSE Crisis Research Centre.
- Harilal, K. N., Kkanji, N., Jeyaranjan, J. & Swaminathan, P. (2006). Power in Globalvalue chains: Implications for employment and livelihoods in the cashew nut industry. Summary Report, March 2006
- Incaju (2011). Plano Director do caju, 2011-2020. Maputo, Moçambique.
- Incaju (2012). Relatório Balanço Comercialização da castanha de caju. 22 de Fevereiro de 2012. Pemba, Moçambique.
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas) (2009). Multiple indicator cluster survey (MICS) 2008. Instituto Nacional de Estatísticas: Moçambique.
- Kanji, N., Vijfhuizen, C., Artur, L. & Braga, C. (2004). Libaration, gender and livelihoods: The Mozambican cashew nut case. Summary report, March 2004.
- Krause, M. & Kaufmann, F. (2011). Industrial Policy in Mozambique. Discussion Paper 10/2011, DIE German Development Institute.
- McMilan, M., Rodrik, D. & Welch, K. H. (2002). When economic reforms goes wrong. Cashews in Mozambique. NBER Working Paper 9117. Cambridge. NBER
- O’Laughlin, B. (1996) ‘Through a Divided Glass: Dualism, Class and the Agrarian Question in Mozambique’. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- O’Laughlin, B. (2009). Rural Ssocial security and the limits of “Associativismo” in southern Mozambique. Conference paper no. 40. IESE’s II Interntional Conference. IESE: Maputo
- Paul, B. (2008) Factories in the field: rural transformation and the organization of work in Mozambique’s cashew triangle. Washington, DC: Technoserve Inc.
- Perreira Leite, J. (1999). A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial. Documentos de trabalho no 57 CEsA, Lisboa, 1999.
- Simonetti, R., Wuyts, M & Wuyts-Fivawo, A. (2007). ‘Banking on Rural Innovation for Poverty Reduction: A Case Study of Value-chain Lending in Mozambique’. *The European Journal of Development Research*, 19(1), 136-155.
- Soiedade Comercial Messalo Lda (2003). Project proposal for cashew nut processing unit in Nangade distict, Cabo delgado. September 2003
- Woodhouse, P. (2012). Raising agriculture productivity. Conference papare no. 12 IESE’s III International Conference. IESE: Maputo
- Wuyts, M. (2001). The agrarian question in Mozambique’s transition and reconstruction. Discussion Paper no. 2011/14, WIDER, United Nations University.